

437 - DESENVOLVIMENTO RURAL DE ZONAS MARGINAIS: UMA PROPOSTA DESDE DENTRO

Borba¹, MFS ; Gomes², JCC.

RESUMO

Através deste texto propomos outro modelo de desenvolvimento para as chamadas zonas de agricultura marginal. Defendemos uma perspectiva *desde baixo* em base a dimensão ecológica de uma relação socioambiental que se caracteriza pela não-adesão as concepções modernizantes do desenvolvimento rural. Partindo do conceito de modos de apropriação dos recursos naturais, argumentamos que o que caracteriza ditas regiões são estratégias de produção e reprodução menos agressivas, menor dependência de insumos e menos desperdício de energia e uma rica qualidade da paisagem. Afirmamos que o marginal ou muito de seus aspectos que se encontram em estado estacionário, pode e deve ser usado para "outro" estilo de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, endógeno, marginal, modos de apropriação, localização

INTRODUÇÃO

Este texto defende a necessidade imperativa de outros modelos de desenvolvimento para as chamadas zonas de agricultura marginal. E ao fazê-lo defendemos uma perspectiva *desde baixo*, como a proposta de Chayanov, embora sem ocultar o fato de que as sociedades rurais e os problemas do agro já não são explicáveis clausurados no âmbito puro da agricultura. Estamos conscientes de que o contexto *agroecosocial* da agricultura envolve fluxos, especialmente de capital ou até inclusive da mão de obra, que se estendem além do setor agrícola, na direção do mundo urbano-industrial. Agora tampouco cremos na possibilidade de compreensão, tão necessária para uma atitude propositiva em termos de desenvolvimento rural de zonas marginais, sem considerar o que Chayanov chamava de *lógica operativa das explorações familiares*.

Portanto, mesmo cientes das relações exteriores entre esta categoria social (com suas atividades de produção e reprodução) e o contexto sociopolítico maior, prosseguimos em defesa de uma abordagem analítica *desde baixo*. Buscamos ampliar a percepção da lógica de funcionamento das explorações familiares além do âmbito econômico para incluir uma dimensão ecológica ou ambiental. Considerando o caráter especial das condições de marginalidade, insistimos na imperiosa necessidade de razoar sobre a dimensão ecológica de uma relação socioambiental que se caracteriza pela não-adesão, ainda que contingente, às concepções modernizantes do desenvolvimento rural.

¹ Pesquisador da Embrapa Pecuária Sul, Bagé, RS – mborba@cppsul.embrapa.br

² Pesquisador da Embrapa Clima Temperado, Pelotas

DESENVOLVIMENTO

Em termos muito simples, queremos demonstrar que regiões como a Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, que se mantiveram (ou foram mantidas) a margem daquele desenvolvimento apoiado por modelos teóricos tecnocêntricos, economicistas e racionalistas - o desenvolvimentismo³ -, mantém (as melhores) condições para estabelecer, a menores custos⁴ de transição, modelos de desenvolvimento sustentáveis. Com tal de que para isso se assuma uma visão mais ecocêntrica e menos tecnocêntrica. Partindo do conceito de modos de apropriação⁵ dos recursos naturais, defendemos, primeiro que o que caracteriza ditas regiões são, por encima de tudo, estratégias de produção e reprodução menos agressivas, menor dependência de insumos e menos desperdício de energia e uma rica qualidade da paisagem. E segundo que tais características lhes conferem oportunidades, inclusive de integração ao mercado a escalas além do local, dependendo sempre da capacidade para manter a *localização*⁶ do desenvolvimento, ou seja, de manter o controle sobre o processo de desenvolvimento.

Isto é, em vez de buscar a todo custo um espaço nos mercados convencionais (integração econômica regional, estadual, nacional ou mundial), tais regiões podem integrar-se a escalas semelhantes através de estratégias *contra-hegemônicas*, como a obtenção do reconhecimento por levar a cabo formas de produção integradas a natureza, assentada sobre uma cultura localmente construída; por usar tecnologias 'brandas'; por preservar a biodiversidade; por não provocar contaminações ambientais; por participar de redes de manutenção e intercâmbio de sementes e redes alternativas de comercialização; por produzir e transformar produtos de alta qualidade biológica; por ofertar serviços diferenciados (turismo de aventuras em paisagens únicas), etc. Todos elementos *diferenciadores* que podem ser incorporados ao desenvolvimento local buscando a construção de uma imagem reconhecidamente distinta, capaz de destacar tais regiões, seus produtos e serviços, dentro da crescente homogeneização atualmente em crescimento.

Isso é o mesmo que dizer que tais regiões, em vez de avançar para a transformação modernizante de suas relações eco-sociológicas e dos formatos tecnológicos, deveriam optar por caminhos alternativos através do resgate e ampliação de um modo de uso mais próximo ao conceito de modo de uso camponês (Gadgil & Guha, 1993 ;Toledo, 1998). Ou seja, considerando os recursos⁷ localmente disponíveis e sua qualidade, a alternativa à ineficiência

³ Cultura industrial baseada em valores de individualismo competitivo, racionalidade, crescimento, eficiência, especialização, centralização, e grande escala (Friberg & Heltne, 1985:231).

⁴ Sociais, culturais, ambientais, mas também os de ordem econômico-financeiros.

⁵ O termo apropriação, portanto, se refere ao "ato pelo qual os humanos fazem transitar um fragmento de matéria (ou energia) desde o 'espaço natural' até o 'espaço social'. Aqui cabe ressaltar que tal ação determina e é determinada pelos ecossistemas ao mesmo tempo que determina e é determinada pelos demais processos que conformam o metabolismo geral (circulação, transformação, consumo e excreção). Que a apropriação seja o determinante ou determinado do metabolismo depende do momento histórico em que situamos tal análise. Enquanto nas sociedades tradicionais a apropriação-produção foi (e é) o elemento determinante, nas sociedades industriais é a transformação e o consumo quem determinam o processo geral de metabolismo.

⁶ Localização é um processo social em que as pessoas progressivamente percebem que tem um maior controle sobre a direção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro dum contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade de seu lugar de vida, tanto quanto aos recursos naturais e humanos, como ao controle do processo de desenvolvimento (Remmers, 1998:11).

⁷ Tanto recursos biofísicos (diversidade, paisagem, topografia, escala de produção, etc.) como os culturais (conhecimento, solidariedade, formas de organização, etc.).

e a capacidade destruidora dos modelos convencionais - baseados exclusivamente em inovações tecnológicas e relações com o mercado -, seria estabelecer um modelo cuja determinação seja dada pelas estratégias de apropriação e produção (controle local). E não pela transformação e o consumo (controles externos).

Isto quer dizer que as estratégias produtivas locais ficariam assim definidas respeitando limites impostos pelas características biofísicas e culturais do lugar. Com isso se fomentaria graus mais elevados de auto-suficiência local (liberdade, participação, bem-estar) e os excedentes (além de alguns produtos mais especificamente dirigidos ao mercado) estariam caracterizados fundamentalmente por sua qualidade, que deve ser socialmente construída. Uma estratégia para transformar o “estado de atraso” em fatores diferenciais. O mesmo com os serviços (ecoturismo associado a agricultura ecológica).

Se trata de uma estratégia que não está contrária a tecnologia nem tampouco nega o mercado, mas que requer novos formatos tecnológicos; mais adequados as condições locais e menos normativas. Defendemos que desta forma se poderá construir alternativas ao já desgastado modelo que segue apontando o crescimento econômico e as inovações tecnológicas cientificamente legitimadas como condição do desenvolvimento. No modelo do crescimento, o consumo (maioritariamente urbano e desvinculado da natureza⁸), junto aos segmentos de transformação (a indústria) e talvez a distribuição (grandes redes de supermercado), movidos pela acumulação, são os que determinam por que se produz, o que pode ser produzido, quanto se produz e como se produz. No momento em que a humanidade assiste a alarmante destruição dos recursos naturais, a contaminação da cadeia alimentar, as alterações climáticas, entre outros sinais, apontamos o resgate do principal elemento das sociedades tradicionais, ou seja, seu modo de apropriação da natureza como elemento definidor do estilo de desenvolvimento. Sugerimos que as características dos agroecossistemas tradicionais sejam tomadas como campo de análise para o desenho de planos de desenvolvimento rural para as zonas marginais, pois considerar as interações socio-ecológicas locais como condicionantes do desenvolvimento pode permitir níveis mais justos e ecológicos de câmbio social..

Propomos que através de uma postura epistêmico-metodológica que privilegie as relações sociedade-natureza, a complexidade, a participação e aceite a Agroecologia como paradigma científico, é possível verificar a hipótese de que o incompleto processo de modernização da agricultura, verificado naquelas zonas consideradas “subdesenvolvidas” “tradicionais” ou simplesmente “marginais”, permitiu a preservação de recursos naturais e culturais que podem prover a base para o desenho de um modelo alternativo de desenvolvimento rural capaz de articular as dimensões ecológicas, culturais e econômicas. Demonstramos (Borba, 2002) que o incompleto processo de modernização permitiu a preservação de recursos naturais e culturais como o uso da tração animal, a baixa

⁸ O desajuste artificial do homem e a natureza é um dos desgraçados resultados da alta densidade de população e a urbanização. Uma pessoa que habita numa grande cidade está preocupada com sua sobrevivência num ambiente de alta energia e economicamente competitivo, de tal modo que os sistemas naturais que mantêm a vida e os ambientes agrícolas não só são invisíveis, senão que também estão ausentes do pensamento (nem se vêem, nem se sentem) (Odum, 1992:31).

dependência de insumos externos, o trabalho solidário, a qualidade do solo, a paisagem, o rio limpo, a presença de sementes crioulas, etc. e que estes são capazes de subsidiar modelos de desenvolvimento menos dependentes, baseados na produção de pequena escala, com predomínio de força renovável, com uso de recursos locais, etc. Também que é possível harmonizar distintos sistemas de conhecimento na construção de formatos tecnológicos mais sustentáveis e ao mesmo tempo permitir que os 'novos' conhecimentos (que em verdade emanam) sejam apropriados pelos atores locais, o plantio direto com uso da tração animal, os biofertilizantes, a adubação verde, etc. As características agroecológicas locais podem ser utilizadas como elementos diferenciais para os produtos e serviços, de forma que a *originalidade* do local permita mais equidade a hora de uma articulação entre o local e o 'global', como é o caso do ecoturismo, os frangos crioulos, o trigo, o moinho hidráulico e a farinha ecológica, etc.

CONCLUSÃO

Neste sentido constatamos que: 1) resgatando uma dimensão histórica da agricultura local; 2) promovendo câmbios tecnológicos ajustados as condições eco-sociológicas locais; 3) resgatando a diversidade genética (sementes) e produtiva; 5) valorizando as condições locais da paisagem e o conhecimento; 6) integrando políticas públicas; 7) fomentando a participação através da ação social coletiva de forma que se resgate a cidadania e a auto-estima da população; 8) fortalecendo os circuitos curtos de comercialização; 9) controlando o processo de comercialização de seus produtos de elevada qualidade; 10) assentados em conceitos como *localização e construção social da qualidade*, se pode desenhar estilos próprios de desenvolvimento sustentável que incorpore o ambiente e a cultura em suas dimensões ecológicas, sociais e econômicas. Enfim, que o marginal ou muito de seus aspectos que se encontram em estado estacionário, pode e deve ser usado para "outro" estilo de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BORBA, M.F.S. 2002 **La Marginalidad como Potencial para la Construcción de "otro" Desarrollo. El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil.** (Tesis doctoral ISEC - ETSIAM, Universidad de Córdoba. España).
- FRIBERG, M. & HETTNE, B. (1985). **The greening of the world: towards a non-deterministic model of global processes.** In H. Addo et al. (eds.) *Development as Social Transformation: reflections on the global problematique*, Hodder and Stoughton, Sevenoaks.
- GADGIL, M. & GUHA, R. 1993. **Los Modos Históricos de Uso de los Recursos Naturales.** Traducción castellana de Gonzáles de Molina, M. & Martínez Alier, J. (eds) *Historia y Ecología*, 11, AYER.
- ODUM, E.P.(1992) **Ecología: bases científicas para un nuevo paradigma.** Barcelona: Ediciones Vedral, 282p.
- REMMERS, G. 1998 **Con cojones y maestría. Un estudio sociológico acerca del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en la sierra de la Contraviesa (España).** Thela Publishers. Amsterdam. 380p.
- TOLEDO, V.M. ; ALÁRCÓN-CHAIRES, P. ; BARÓN, L., 1998 **La Modernización Rural de México (mimeo.)**